



25 ANOS



PELA DEFESA E PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA

Ao longo de todos estes anos, muitos profissionais de diferentes áreas ligadas à Criança têm feito um trabalho generoso, competente, dinâmico – também com uma grande humildade – no sentido da efectivação dos Direitos da Criança, não só através de acções de informação e sensibilização mas também, com projectos concretos, prioritariamente, em domínios não cobertos pelo Estado, nem por ou-tras instituições.

Não podemos deixar de referir o grande contributo de João dos Santos, ao escrever o livro “A Caminho de Uma Utopia – Um Instituto da Criança” e que, como lembra Manuela Eanes, “numa tarde de sol, com canto de pássaros em árvores centenárias, um homem de olhar bondoso e gestos simples que me trazia um manuscrito de um projecto novo, sonhado por muitos que sempre entenderam que é na infância que qualquer povo deve fazer a sua aposta de futuro, de desenvolvimento e de identidade cultural”.

Daqui decorrente, o Instituto de Apoio à Criança, Instituição Particular de Solidariedade Social, foi criado em 14 de Março de 1983, por um grupo de pessoas de diferentes áreas profissionais – médicos, magistrados, professores, psicólogos, juristas, sociólogos, técnicos de serviço social, educadores...

Associação sem fins lucrativos, tem por objectivo principal contribuir para o desenvolvimento integral da Criança, na defesa e promoção dos seus direitos, sendo a criança encarada na sua globalidade, como total sujeito de direitos, nas diferentes áreas, quer seja na

saúde, educação, segurança social ou nos seus tempos livres.

Apoia, divulga e estimula o trabalho de todos aqueles que se preocupam com a procura de novas respostas para os problemas da infância em Portugal, assim como colabora com instituições congéneras nacionais e estrangeiras.

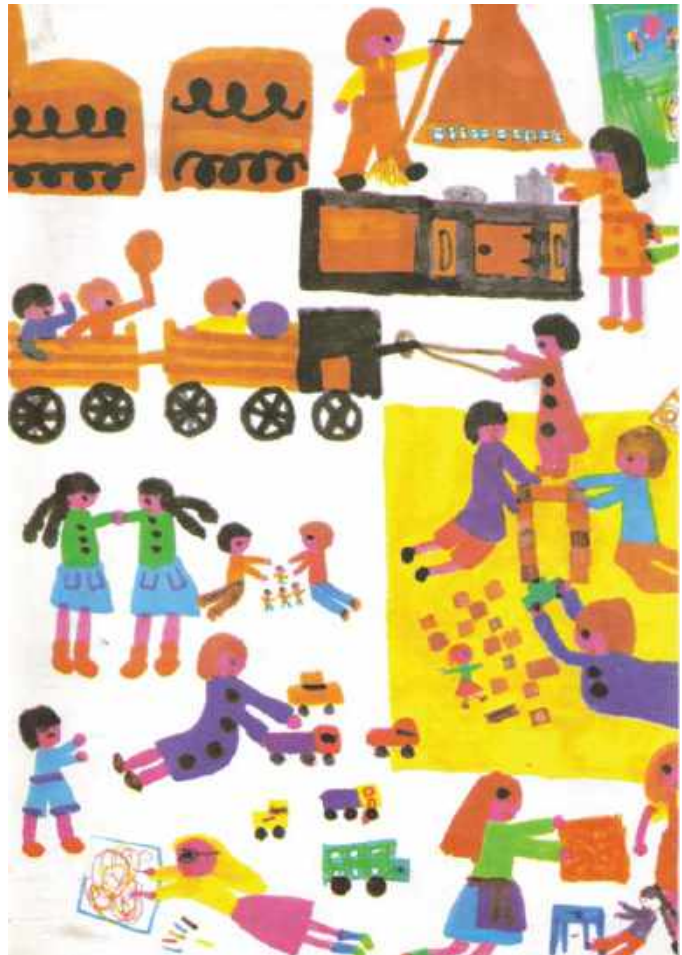
Sensibiliza a opinião pública, no que refere aos problemas da Criança, nomeadamente

as que se encontram em situações mais vulneráveis, e/ou em risco de perturbação física, mental e/ou social.

Colabora na definição de uma política, nacional e internacional, de protecção e apoio à Criança, de forma sistémica, com compreensão e empenho.

Respeitando as regras, incentivando ao diálogo, à criação de respostas inovadoras, acreditando que as utopias possam ser realizáveis, ajusta periodicamente a sua acção aos desafios que vai tendo pela frente.

Procuraremos, nesta separata, fazer o percurso destes 25 anos de actividades, sublinhando aspectos



mais relevantes. É necessário recordar algumas das actividades e sectores cuja intervenção cessou, tais como: Crianças Sobredotadas e as Acções de Ligação à Comunidade.

De 198.. a 199... o IAC implementou uma delegação nos Açores, com os mesmos objectivos, tendo-se constituído em **19...**, como Instituição autónoma, com a designação “IAC-Açores”.

Os registos de cada um dos sectores do IAC reflectem a acção do presente e simultaneamente revelam os passos dados para aqui chegar, perspectivando caminho para o futuro.



IAC: DESVENDAR O SEGREDO DO SEU SUCESSO

A criação do Instituto de Apoio à Criança (o agora festejado IAC) só por si mereceria um estudo ! Num momento em que “inovar” é tão necessário e em que o desencanto se apodera tão frequentemente de cada um de nós ao enfrentarmos as dificuldades da mudança, é importante perceber o que permitiu ao IAC tornar-se tão rapidamente uma instituição unanimemente respeitada e considerada um caso de sucesso. Naturalmente que o IAC não será – não poderia ser – a concretização da utopia sonhada por João do Santos e outros, mas tornou-se, sem dúvida, muito rapidamente, uma instituição que “faz a diferença”, quer para tantas crianças – de entre as mais vulneráveis, de entre as mais desprotegidas, de entre as mais infelizes – quer para a definição de políticas da infância e para a articulação entre instituições e serviços.

O IAC tem tido um papel supletivo relativamente a insuficiências – quer de estudos quer de acção – das instituições estatais e um papel pioneiro na detecção de novas necessidades, novos riscos e novos problemas e na organização de novas respostas.

Qual foi então o seu segredo?

Se quisermos apreciar a estratégia fundadora do IAC à luz das teorias da inovação, constatamos que o IAC inovou na própria estratégia de criação e funcionamento adoptada. Não utilizou a estratégia habitual, racional e dedutiva de identificação de problemas, definição de objectivos e construção de projectos em função dessas etapas anteriores – a chamada abordagem “de cima

para baixo” (“top-down approach”) – e sim acolheu projectos diversos apresentados por várias pessoas e a partir desses projectos é que foi construindo o próprio projecto do IAC. Não se pode dizer que fosse totalmente uma estratégia “de baixo para cima” (“bottom-up approach”) mas uma combinação de ambas, uma estratégia “de vaivém”, como aquela que é hoje defendida pela maior parte dos teóricos da inovação.

A criação e a implementação do IAC beneficiaram do ambiente empenhado e colaborativo que se gerara em Portugal à volta do Ano Internacional da Criança em 1979 e da preparação da Convenção dos Direitos da Criança, que viria a ser ratificada anos mais tarde. O seu “núcleo duro” era constituído pelo pedopsiquiatra Dr. João dos Santos, referência teórica do IAC e de todos nós, fundadores, a quem, com a sua consistência humana e profissional, inspirava confiança e permitia ousar e avançar na utopia da criação de uma instituição que tratasse a criança como uma “pessoa inteira”; e pela Dra. Manuela Eanes, que, com a sua grande capacidade de liderança, incentivadora de sonhos, angariadora de financiamentos e “rostro” do projecto, conseguia aproveitar todos os talentos e saberes, dando espaço à concretização de ideias e congregando as competências e personalidades mais díspares. Só ela para reunir por exemplo Aurora Fonseca com o seu rigoroso espírito jurídico e Matilde Rosa Araújo que conseguiria transformar em poema a



Convenção dos Direitos da Criança!

Projectos como o das ludotecas, o SOS Criança, a humanização dos hospitais, o socorro aos meninos da rua e tantos outros que pareciam dispersos e com pouca relação entre si revelaram-se importantíssimas vias para a concretização dos direitos das crianças portuguesas.

No seu 25º aniversário, saúdo o IAC e os seus impulsionadores e sugiro que as celebrações da data incluam a realização de um estudo sobre a sua fundação e organização. Não para que o IAC olhe para o seu umbigo e fique deslumbrado mas para contribuir, com este exemplo de “boa prática” duradoura, respeitada, inovadora e eficiente, para um maior conhecimento de como levar a cabo mudanças positivas e como construir instituições verdadeiramente úteis para melhorar o país e a vida das pessoas – neste caso das mais vulneráveis e das mais acarinhadas: as crianças.

MARIA EMÍLIA BREDERODE SANTOS

INTERVENÇÃO NA SOCIEDADE EM PROL DA CRIANÇA

De acordo com os seus estatutos, o IAC intervém na sociedade em prol da Criança, desenvolvendo múltiplos vectores de intervenção.

Promoção de colóquios, debates, seminários...

Organiza e participa em congressos / seminários com o objectivo de exercer magistratura de influência, dando voz aos direitos da Criança, sublinhando o respeito pela dignidade do ser humano e o reconhecimento da Criança enquanto ser de Direito.

Formação de técnicos, famílias e jovens

Contribui para sensibilizar e dotar os profissionais e restante público alvo com competências específicas em diferentes temáticas no âmbito da Criança.

Trabalha na formação de técnicos, famílias e jovens no âmbito dos direitos da Criança com vista à prevenção.

Desenvolve, aprofunda e reforça conhecimentos que permitem melhorar a eficácia dos conteúdos em formação.

Cooperação/Assessoria técnica especializada a projectos

Estabelece relações de parce-



ria com associações congéneres e trabalha com diferentes instituições na procura de olhares multifacetados sobre a Criança, partilhando as preocupações e desafios com que se debatem as instituições.

Presta apoio técnico a solicitações de diferentes instituições e/ou técnicos em múltiplas vertentes nomeadamente concepção, formação, orientação, assessoria e boas práticas, contribuindo para a criação de projectos integrados, apoiando estratégias de intervenção mais eficazes.

Orientação de estágios académicos e profissionais

Contribui para a sensibilização

/ formação no âmbito dos Direitos da Criança através da orientação de estágios académicos e profissionais.

Realização e orientação técnico-científica de estudos/ trabalhos de investigação

Desenvolve e coopera com diferentes entidades em diversos estudos e/ou trabalhos de investigação subordinados a temáticas directamente correlacionadas com a Criança.

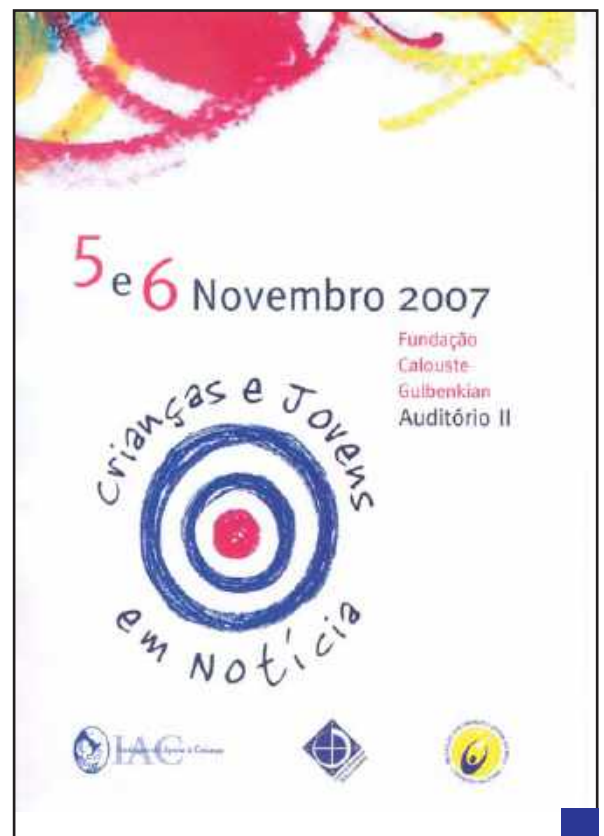
Alguns projectos de investigação científica são publicados em edições temáticas IAC e objecto de referência no Boletim do Instituto.



ENCONTROS DO IAC

REALCE DOS MAIS IMPORTANTES ENCONTROS REALIZADOS PELA PERTINÊNCIA DOS ASSUNTOS E PELA CONTRIBUIÇÃO INOVADORA QUE TROUXERAM.

- Seminário **A Criança em Portugal – Que Direitos?** (em colaboração com o Centro de Estudos Judiciários e a Soc.Pediatria Social) **1984**
- Encontro **A droga hoje em Portugal – Que respostas?** (em colaboração com a Associação Prevenção de Consumos Tóxicos e Centro de Estudos e Profilaxia da Droga) **1987**
- Encontro **Trabalho com Amas e Creches Familiares** (em colaboração com a Rede Europeia de Acolhimento de Crianças) **1988**
- Encontro Internacional sobre **Crianças da Rua – “ Modelos de Intervenção”** **1991**
- **Brincar, como e porquê** **1992**
- Seminário Internacional **A Criança Portuguesa no Limiar do Novo Século** **1993**
- Encontro **A Criança e os Serviços de Saúde - Humanizar o Atendimento** **1996**
- Encontro **Ser Criança ... Crescer na Cidade** **1998**
- Conferência Europeia **Desaparecimento e Exploração Sexual de Crianças** **2003**
- Encontro **A Criança, Direito à Utopia** **2006**
- 1º Seminário **Infância, Cidadania e Jornalismo** **2007**



PELA DEFESA DO DIREITO DE BRINCAR

Quando da sua criação, o Instituto de Apoio à Criança, através do Sector da Actividade Lúdica, promoveu uma ampla sensibilização, por todo o país, para a importância da actividade lúdica no desenvolvimento da criança. “A defesa do direito de Brincar” foi um dos seus primeiros objectivos, desenvolvendo uma dinâmica de sensibilização para a criação de Ludotecas e Espaços Lúdicos em todo país.

O movimento ludotecário em Portugal restringia-se a iniciativas isoladas, desenvolvidas por pessoas interessadas em pontos específicos do território, como Évora, Lisboa, Viana do Castelo e Castelo Branco, tendo-se iniciado, com a criação do Instituto, um programa específico de implementação, divulgação e promoção dos espaços lúdicos e da sua importância no desenvolvimento da criança.

Nos primeiros anos, o Sector contou com a experiência daqueles que, noutros países, trabalhavam nesta área, promovendo acções de formação e encontros, e sensibilizando pessoas e entidades para a necessidade de se criarem espaços lúdicos e de se aprender observando as crianças a brincar. Simultaneamente, foi reunida e organizada documentação, foram estabelecidos contactos com instituições nacionais e internacionais e organizadas formações específicas para ludotecários em Portugal.

Na etapa seguinte, o sector atendeu a uma diversidade de solicitações em várias zonas do país, nomeadamente em Lisboa e no Porto, com o objectivo de ampliar o movimento ludotecário em

Portugal.

Tentando dar res-postas de forma pontual e procurando recolher elementos que permitissem identificar as questões fundamentais, desde a clarificação de problemas concretos, à definição de papéis e opções de estratégias, seguiu-se um período de reflexão e consulta.

Os modelos de apoio à infância existentes no início da actividade do Sector da Actividade Lúdica eram de carácter assistencial ou de ocupação de tempos livres, com actividades muito orientadas e fragmentadas. O Sector da Actividade Lúdica trabalhou no sentido de introduzir um modelo de intervenção dinâmico e aberto a todos, tendo por base o brincar, enquanto linguagem universal da criança.

Este modelo de intervenção promove a criança como agente / protagonista das suas próprias escolhas, responsável pela sua acção e promove a existência de espaços libertadores, criativos e facilitadores da comunicação entre as crianças, baseado na igualdade e na integração.

A par da valorização global da Actividade Lúdica, as actividades desenvolvidas por este sector, ao longo destes 25 anos de existência, pautam-se pela disseminação da mensagem de que brincar é parte integrante da vida de uma criança e



de que quando falamos de brincar, estamos a falar de desenvolvimento, afectividade, integração e sucesso.

Com base num levantamento feito recentemente, o Sector da Actividade Lúdica apoiou e acompanhou em média 22 espaços por ano (cerca de 700 espaços no total), tendo trabalhado com várias estruturas a nível nacional, nomeadamente Universidades, Escolas Superiores de Educação, Hospitais, Autarquias, Escolas, Jardins de Infância, IPSS, etc., que se foram interessando por esta nova linha de intervenção comunitária, educativa, cultural e social, numa perspectiva de prevenção e do pleno desenvolvimento da criança e do jovem.

Em suma, foi feito o acompanhamento de projectos iniciais e a reestruturação de outros já existentes, assegurando a sua qualidade, e foi desenvolvida e promovida a formação dos técnicos e a actualização da melhoria das condições de funcionamento, cada vez mais exigentes.



SOS-CRIANÇA

UM SERVIÇO PRIORITÁRIO

O SOS-Criança, serviço de âmbito nacional pioneiro em Portugal, criado em 1988, pelo Instituto de Apoio à Criança, com o intuito de dar voz às crianças e jovens que em silêncio vivenciavam as suas angústias e sofrimento já recebeu cerca 61.831 apelos.

Ao ser anónimo e confidencial e tendo como base a detecção e a prevenção de situações de risco e em articulação com os parceiros que têm preocupações nesta área, o SOS-Criança deu um contributo muito válido, na área da protecção de crianças e jovens em geral e em perigo em particular.

A acção do SOS-Criança é muito abrangente e não se confina só às questões das crianças e jovens maltratados física e psicologicamente ou que de uma maneira ou de outra estão em situação de risco.

O SOS-Criança tem uma vertente pedagógica, informa, esclarece, orienta, apoia, encaminha e analisa um número muito largo de situações. Para isso dispõe de uma equipa multidisciplinar constituída por Assistentes Sociais, Educadores, Juristas, Mediadores Escolares e Psicólogos.

Todas estas valências que funcionam em complementariedade permitem responder melhor às necessidades emergentes, reflectindo perfeitamente a dinâmica do serviço.

O Serviço é para as crianças e para os jovens, mas os adultos e as famílias também podem e devem contactar.



VÍTOR LAGE
EXPOSIÇÃO "O SONHO E A CRIANÇA"

Se tivermos em linha de conta que inicialmente só tínhamos o Atendimento Telefónico com Encaminhamento e Orientação e que hoje apresentamo-nos com oito valências complementares, que vão desde o Apartado, Mediação Escolar, até ao Correio Electrónico, passando pela Intervenção Personalizada (Social, Jurídica e Psicológica), Supervisão de Estágios até à Reavaliação e Formação e que desde a véspera do dia 25 de Maio de 2004, dia Internacional das Crianças Desaparecidas, criamos o SOS-Criança Desaparecida que dispõem de um serviço telefónico de âmbito nacional com o número 1410.

Com dinamismo, determinação e perseverança, temos conseguido chegar mais longe e estar cada vez mais perto, para responder eficazmente aos apelos das crianças, evitando as barreiras; as burocracias. Com as crianças/ jovens dialogamos, reflectimos, informamos e

orientamos, damos a resposta possível.

Se em termos teóricos este nosso objectivo parece modesto, na prática é muito ambicioso.

Foi assim que a ideia da Drª Aurora Fonseca, de criar o SOS-Criança cresceu e discretamente ocupou o seu lugar, fê-lo tranquilamente e com o reconhecimento de todos, principalmente dos vários milhares de crianças, que graças ao apoio que lhes fora prestado em devido tempo, ficaram mais felizes. É preciso que o SOS-Criança, continue a caminhada e consolide as suas estratégias, tudo isto sem perder o rumo, sem se deslumbrar com os êxitos; essa é a nossa vontade, continuar porque ainda há muito por fazer.

Tanto ao SOS-Criança, como a todos que dele fizeram uma realidade, em Portugal, queremos felicitar e lembrar que hoje o SOS-Criança, também é um Direito das Crianças.

UMA REALIDADE A “DESCOBERTO”

Olhar para o percurso do Projecto Rua e testemunhar as suas “boas práticas” e metodologias inovadoras ao longo de 18 anos de intervenção é um desafio que se impõe difícil, porque “mil palavras não deixam nunca uma impressão tão forte como uma acção”.

Uma realidade a “descoberto” – O Projecto Trabalho de Rua com Crianças em Risco ou Situação de Marginalidade, criado em 1989, foi o único projecto inovador aprovado para Portugal ao abrigo do 3º Programa de Luta Contra a Pobreza e do qual a nossa querida Adelina Odete Marques foi co-autora entusiasta. Surgiu para intervir junto de crianças que vagueavam e dormiam na rua, nas grelhas do metropolitano, estando “a descoberto” de todos os serviços institucionalizados.

Pela primeira vez, em Portugal, contámos com Animadores de Rua, que vão ao encontro da criança e, através de uma relação personalizada de afecto e companheirismo, procuram descobrir novos valores e quadros de referência para a construção de um novo Projecto de Vida. Nesta etapa, constituíram metodologias inovadoras a Escola de Rua, os Animadores de Escola e a formação em exercício.

Fruto desta intervenção, a situação das Crianças de Rua em Lisboa alterou-se: mais de 600 crianças saíram da rua, tendo voltado à família ou às Instituições donde tinham fugido.

Uma acção adaptada à realidade do terreno – A partir de Junho de 1994, iniciou-se uma 2ª Fase do Projecto, que denominamos



Trabalho com Crianças de Rua – Em Família para Crescer. A fim de sustentar o problema nas suas origens e prevenir o aparecimento de novos casos, o Projecto fixou equipas nas comunidades de residência das crianças/jovens que se encontravam na rua. Foi nesta fase que surgiu a figura do Animador de Residência e os Agentes de Solidariedade.

Ventos de Mudança – Importa agora referir que a realidade com que nos deparamos hoje é diferente. Praticamente, já não existem crianças a viver na rua. Um novo contexto social leva-nos a falar de crianças e jovens ligados à droga e à prostituição infantil. Consciente da importância e gravidade desta problemática, o Projecto Rua adequou a sua intervenção às necessidades do grupo alvo, com o objectivo de interromper, o mais precocemente possível, o ciclo de marginalidade onde a criança e o jovem se encontram.

“Da criança à comunidade; do trabalho de rua ao desenvolvimento local”, o Projecto aposta, agora, na área da Educação / Formação.

Actualmente, o Projecto Rua

está estruturado em Núcleos de intervenção:

- Núcleo de Intervenção em Contexto de Fuga, que tem como objectivo cooperar com as entidades competentes na procura das crianças em fuga e manter actualizado o diagnóstico das crianças/jovens que estão na rua, em situação de perigo, na cidade de Lisboa (com recurso à Unidade Móvel Lúdico-Pedagógica);

- Núcleo de Educação e Formação, no qual foi criada uma resposta inovadora na área da Educação e Formação, para crianças e jovens entre os 12 e os 18 anos, a descoberto das respostas institucionais existentes. O objectivo é promover as competências pessoais, sociais, escolares (em meio não escolar) e profissionais (em posto real de trabalho) com as respectivas certificações.

- O Núcleo de Apoio às Comunidades e o Núcleo de Intervenção em Modelo Integrado procuram garantir o acompanhamento das crianças integradas em instituições nas comunidades de residência, com o objectivo de contribuir para a criação e (ou) desen-



volvimento de projectos integrados de educação/ formação. Dá-se especial ênfase à prevenção, favorecendo o acompanhamento educativo das crianças em situação de vulnerabilidade, através de metodologias adaptadas – “Aprender na Rua” –, com recurso à Unidade Móvel Lúdico Pedagógica.

– No Núcleo de Apoio e Desenvolvimento, destacamos a dinamização e participação em Redes Sociais (nacionais e internacionais) que contribui para a tomada de posição relativamente às

políticas para a infância e Juventude. Temos como exemplo, a Rede “Construir Juntos”, criada em 1997, que reúne mais de 90 instituições portuguesas a intervir no domínio da Infância/Juventude; a ESAN – Rede Europeia de Acção Social e a EFSC – Fundação Europeia das Crianças de Rua, adquirindo, nesta última, o Projecto, o estatuto de interlocutor privilegiado entre a EFSC e os PALOP, com especial incidência em Cabo Verde e Moçambique.

Com uma metodologia centrada

na Educação/Formação, utilizando o lúdico como auxiliar pedagógico, através de uma relação personalizada em que se aliam a afectividade e a técnica, indo ao encontro, recorrendo a equipas multidisciplinares e reforçando o trabalho em parceria, o Projecto Rua consegue transformar reais obstáculos em “utopias possíveis”.

IAC-COIMBRA

FÓRUM CONSTRUIR JUNTOS

Em 1985, por iniciativa do Professor Doutor António Nuno Torrado da Silva, pediatra no Hospital Pediátrico de Coimbra e sócio fundador do IAC, foi constituído um grupo dinamizador da criação do Núcleo Regional de Coimbra. Em Janeiro de 1992 o Núcleo foi oficialmente criado com sede própria.

Num contexto social pouco sensível à problemática, foi a Criança institucionalizada que nos mereceu particular atenção, pelas perturbações emocionais que as suas histórias de vida carregam e por Coimbra ter uma grande incidência de lares de acolhimento.

O IAC, ao apreender que estas prioridades suspendem outras premissas, tentou cooperar transversalmente com as direcções, através da implementação de Ludotecas, com vista ao desenvolvimento da pessoa humana, na sua dupla



dimensão individual e colectiva.

Procurando ajustar as suas respostas à realidade envolvente – a Criança na Rua – a equipa empenhou-se em proporcionar a estas crianças espaços alternativos à rua que minimizassem as situações de risco em que muitas crianças e jovens viviam e procurou-se alertar as entidades com responsabilidade na área da infância e juventude para esta problemática.

Em parceria com o SOS/Criança e o Projecto Rua, abraçámos uma das causas mais angustiantes da

actualidade: o Desaparecimento e/ou Exploração Sexual de Crianças e Jovens. Com os parceiros da Rede Construir Juntos procurámos desenvolver um trabalho de sensibilização junto de profissionais das áreas da educação, saúde, serviço social, mas, principalmente, junto das crianças e adolescentes.

Numa parceria com o projecto SOS-Criança/Mediação Escolar temos vindo a colaborar com algumas Escolas na implementação de Gabinetes de Apoio ao Aluno e à Família, procurando contribuir para que sejam um lugar de desenvolvimento pessoal e social.

Este é o nosso percurso... estamos cientes de que apesar da legislação, das Convenções, é urgente reinventar a linguagem universal dos afectos. Só assim é possível melhorar as condições de bem-estar da Criança.

ACOLHER – UMA COMPETÊNCIA PROFISSIONAL

A Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança foi, desde o início da fundação do Instituto de Apoio à Criança, uma área prioritária de intervenção, dada a existência de estudos que colocaram em evidência, desde a década de 40, o impacto negativo da separação mãe-criança nos primeiros anos de vida. Esta tomada de consciência iniciou, um pouco por todo o mundo, esforços para a modificação das condições de internamento da criança, adaptando-as às suas necessidades e exigências. Portugal não ficou indiferente a este movimento e, em 1979 – Ano Internacional da Criança –, o problema da humanização foi discutido na reunião sobre os Direitos da Criança, organizada pela Sociedade Portuguesa de Pediatria. Nesta discussão estiveram presentes muitas personalidades que vieram, mais tarde, a integrar o IAC e, em conjunto, analisaram a extensão deste problema entre nós.

O Sector da Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança foi pela primeira vez mencionado no plano de actividades do IAC em 1989, com o objectivo de dinamizar núcleos de humanização nos vários hospitais do país onde fossem atendidas crianças.

Foram publicadas algumas leis visando a protecção da criança doente e de sua família, particularmente durante o internamento, pelo que era necessário adaptar os serviços de saúde às exigências das leis e sensibilizar os profissionais para esta nova realidade, o que nem sempre foi fácil.

O Sector propôs-se, então,

desenvolver o conceito de humanização, construindo elos entre a criança doente, a família e o meio hospitalar para a melhoria da qualidade de vida da criança.

Em 1986, o sector teve conhecimento que fora publicada uma Carta Europeia dos Direitos da Criança Hospitalizada, no Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Após a discussão das suas 23 alíneas, em Maio de 1988 (Leiden) foi redigida e aprovada uma versão mais curta da Carta (10 alíneas) pelas associações que, posteriormente, constituíram a EACH (European Association for Children in Hospital).

O sector participou na IV Conferência da EACH (França – 1995), tendo a partir desta data, assistido a todas as reuniões como membro associado e comprometendo-se a divulgar a Carta da Criança Hospitalizada (versão portuguesa publicada pelo IAC). Treze anos decorridos, a acção do Sector tem sido orientada de forma a cumprir os objectivos relacionados com a Humanização, sensibilizando não só os profissionais de saúde e o público em geral, como também os

Carta da Criança Hospitalizada



Humanização dos serviços de atendimento à criança.

órgãos de decisão e de gestão (Ministério da Saúde, Direcção Geral de Saúde, Parlamento Europeu, Assembleia da República).

Para além da divulgação da Carta, o sector elabora estudos de investigação – os quais exigem uma actualização constante – sobre temas relacionados com a Humanização, incidindo em pontos que visam esclarecer o modo como os direitos da criança, principalmente os consignados na Carta, estão a ser aplicados.

O facto da Carta ser amplamente conhecida e a maioria dos seus princípios aplicados em Portugal, conduziu à aceitação e reconhecimento do Sector como membro de pleno direito da EACH



RELAÇÕES EXTERNAS

a partir de 2006.

Apesar de todo o trabalho desenvolvido, em colaboração com uma equipa multidisciplinar de vários pontos do país, não podemos considerar que a nossa tarefa esteja cumprida, pois a cada momento surgem novas realidades (médicas, sociais, políticas e culturais) que impõem o acompanhamento sistemático e a definição constante de novas estratégias.

As inúmeras solicitações e o reconhecimento pelas actividades promovidas pelo sector, são exemplo de que a humanização continua a ser uma área prioritária de intervenção, tal como foi definido na altura da criação do IAC.

O IAC desenvolve e dinamiza uma rede alargada de contactos com instituições e entidades vocacionadas para a definição de uma política global

para a infância. Colabora e participa em acções desenvolvidas por outras instituições e/ou entidades tanto a nível nacional como internacional.

SECTOR JURÍDICO

Este Sector presta esclarecimentos jurídicos, encaminha e apoia situações que reclamam uma resposta a nível jurídico. Regista, promove e divulga a legislação relativa aos Direitos da Criança e informa dos mecanismos legais existentes com vista à efectivação dos Direitos na área da infância.

Realiza ainda acções de formação direccionadas a diversos públicos, com especial enfoque na juventude.



PRINCIPAIS PARCERIAS DO IAC

NACIONAIS:

Autarquias
Escolas e Universidades
Fundações
Governos Cívicos
Instituições Particulares de Solidariedade Social
Ministérios
Organizações Não Governamentais
Rede Construir Juntos
Rede Europeia Anti-Pobreza Nacional
Santa Casa de Misericórdia de Lisboa
Serviços de Saúde e Hospitais

INTERNACIONAIS:

Action for Sick Children
APACHE
AKIK-Bundesverband
Associazione per il bambino in ospedale (APIO)
Child Focus

Child Helpline International (CHI)
Children in Hospital Ireland (CHI)
European Association for Children in Hospital (EACH)
European Foundation for Street Children (EFSC)
European Social Action Network (ESAN)
European Toy Library Group (ETL)
HU Association four l'Humanisation de l'Hôpital en Pédiatrie
International Association for the Child's Right to Play (IPA)
International Center for Missing and Exploited Children (ICMEC)
International Toy Library Association (ITLA)
Kind en Ziekenhuis
Missing Children Europe – European Federation for Missing and Sexually Exploited Children
Nobad- Nordisk forening for syke barns benov
Rede Europeia Anti-Pobreza (REAP)
Berband Kind und Spital
Verein Kinderbegleitung



CENTRO DE ESTUDOS E DOCUMENTAÇÃO SOBRE A INFÂNCIA

Em Portugal o IAC foi pioneiro a desenvolver um acervo temático especializado na área da Criança, o qual constitui um marco fundamental para a promoção do seu conhecimento na sua globalidade e que se destina a técnicos especializados e a estudantes de vários graus de ensino especialmente universitários.

Foi criado em 1991 pela necessidade de informação especializada sobre a Criança, nas suas diferentes vertentes com a designação inicial de Centro de Documentação para a Infância (CDI).

O actual Centro de Estudos e Documentação sobre a Infância (CEDI) é o resultado de um processo evolutivo que o IAC vem desenvolvendo acompanhando a mudança da sociedade, do conhecimento, utilizando técnicas emergentes e investindo

em novas valências de actuação. Hoje, constitui uma unidade organizacional composta por três eixos (Documentação, Estudos e Informação/Comunicação) que interagem entre si, desenvolvendo trabalho de equipa com os seus técnicos especializados, tendo como finalidade, produzir, gerir e divulgar Conhecimento sobre a Criança.

Da sua actividade destaca-se:

- A recolha, tratamento e difusão da documentação nacional e internacional sobre a temática da Criança. Realça-se o sistema integrado de gestão de informação em suporte papel e digital, que estará brevemente disponível on-line;

- A colaboração em projectos de estudos e investigação científica, em parceria com diferentes instituições nacionais e internacionais;

- A publicação e difusão de estudos, relatórios e outros documentos sobre a Criança;

- A produção de informação no âmbito de uma política global para a Infância, em diferentes suportes registando-se um acréscimo significativo de Informação disponibilizada no site do IAC;

- A implementação de uma política editorial assente em parcerias com editoras, o que permite uma maior difusão e distribuição dos conteúdos produzidos pelo IAC.

O IAC/CEDI canaliza toda a experiência adquirida ao longo dos anos assegurando qualidade e capacidade de intervenção, constituindo uma mais-valia para aqueles que se dedicam à Criança.

Para mais informações consulte www.iacrianca.pt

P U B L I C A Ç Õ E S D O I A C



As publicações do IAC organizam-se a partir de trabalhos de em áreas de investigação e compilação de informação diversa sobre temas ligados à problemática da Criança. Destacamos: **Crescendo e Aparecendo**; **Criança Portuguesa: Que Acolhimento?**; **O Jogo Infantil (Organização de Ludotecas)**; **Trabalho com Crianças da Rua**; **Carta da Criança Hospitalizada**;

Desaparecimento e Exploração Sexual de Crianças.

De entre as várias publicações realçamos a 1.ª edição do **Guia dos Direitos da Criança** (compilação de toda a legislação existente sobre a Criança), constituindo um instrumento de trabalho fundamental da autoria de Aurora Fonseca – que justamente homenageamos.